

**Projeto Biomás busca métodos de recuperação de áreas degradadas mais eficientes e econômicos – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 09/01/2015**

As técnicas de manejo e conservação do solo vem se aprimorando ao longo do tempo. Para evoluir ainda mais, o Projeto Biomás - Componente Cerrado - tem em andamento um subprojeto que visa à recuperação de área degradadas a partir de plantios de espécies arbóreas nativas do Cerrado. O título da pesquisa é “Recuperação de florestas fluviais em cabeceira de drenagem assimétrica sobre solos não-hidromórficos”.

O principal objetivo é estimular o processo de restauração nas Matas Ciliares, com foco na preservação e geração da funcionalidade ambiental em áreas degradadas dessa fitofisionomia. Áreas que estão nessa situação por uma questão de uso principalmente agrícola, situação que acabou gerando uma ruptura de relevo, ou seja, um declive. Nesses locais os solos estão extremamente rasos, com isso é possível ter maior proporção de erosão. O experimento está sendo realizado na Fazenda Entre Rios, próximo a Brasília e foi implantado em dezembro de 2012. “O objetivo é a recuperação da floresta para assim minimizar essa situação de erosão, e que seja um processo viável financeiramente para o produtor rural”, explica Alexandre Uhlmann (foto) – Pesquisador da Embrapa Florestas (Colombo – PR).

Este é um experimento de recuperação de APP – Área de Preservação Permanente – com o intuito de aperfeiçoar o processo de recuperação de áreas degradadas, minimizando a perda e favorecendo a implantação de espécies que tem um melhor desenvolvimento.

Outro subprojeto de restauração é o “Avaliação de espécies arbóreas com potencial para recuperação de áreas degradadas no Cerrado” que testa várias espécies para a recuperação de reserva legal, No nível de sobrevivência, aquelas que se ajustarem melhor, serão as indicadas para o processo de restauração. Além do objetivo de gerar renda para a ARL, ele procura estruturar uma floresta, para gerar contribuição de matéria orgânica na superfície do solo e assim minimizar o processo erosivo.

---

**Ministério sertanejo. Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Colunistas. 11/01/2015**

O governo anterior de Dilma Rousseff foi medíocre, e este se encaminha para ser pior. Todas as poucas coisas boas de seu primeiro mandato, no campo do alívio da pobreza, eram continuação de políticas de Lula. No que ela e Guido Mantega inovaram, bem, deu no que deu.

Como esta não é uma coluna de economia nem de política, fiquemos no campo da ciência e do ambiente. Dilma semeou ali material de sobra para colher uma safra recorde de desmatamento e de emissões de gases do efeito estufa –isso no ano em que deveria ir a Paris, em dezembro, para ajudar a pôr o mundo na rota da descarbonização.

A presidente escolheu Aldo Rebelo para ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seus 50 e tantos milhões de votos lhe dão toda a legitimidade de que precisa para entregar a um ex-maoísta que ainda acredita no materialismo dialético, mesmo que não

no aquecimento global (a não ser como conspiração imperialista), uma pasta estratégica para curar o calcanhar de aquiles da economia brasileira (baixa produtividade). Mas não lhe dão razão, necessariamente, como parece acreditar Dilma.

Talvez para não dar asas às ideias retrógradas de Rebelo, que já defendeu o veto à introdução de tecnologias que economizem mão de obra, a presidente tratou de diminuir-lhe o ministério. Mandou cortar R\$ 1,6 bilhão do orçamento para gastos administrativos de R\$ 9,8 bilhões do MCTI, segundo reportagem de sexta-feira (9) nesta Folha. Uma paulada de 16%, proporcionalmente uma das maiores, se não a maior, entre todas as pastas.

Mesmo com a vara curta, Rebelo fará com Kátia Abreu no Ministério da Agricultura um duo suficientemente paranoico para cutucar a onça do desmatamento. Ela na CNA e ele na Câmara comandaram a aprovação do novo Código Florestal, que até contém algumas coisas boas, mas está sendo visto por boa parte dos grileiros, latifundiários e pecuaristas - a banda podre do produtivo agronegócio brasileiro - como licença para desmatar.

OK, o desmatamento voltou a cair em 2013/14, depois de ter aumentado pela primeira vez na década em 2012/13. O ano-base dessa contabilidade feita pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), contudo, terminou em julho. De lá para cá, os sinais são de que o desmatamento da Amazônia voltou a recrudescer.

O governo fez de tudo para esconder os dados comprometedores. Impôs uma mordça ao Inpe, submetendo-o na prática aos ditames do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Os dados do sistema Deter, que antes eram divulgados mensalmente, agora só são a cada três meses, e mesmo assim com omissão de parâmetros fundamentais para que ONGs e institutos independentes façam seu próprio monitoramento da destruição na Amazônia.

ONGs? Aldo Rebelo e Kátia Abreu não as têm em boa conta. Parecem acreditar piamente que elas, pelo fato de algumas terem sede no exterior ou contarem com estrangeiros nos seus quadros, estão engajadas numa missão para prejudicar a competitividade do agronegócio nacional no mercado mundial.

O Inpe, a partir de agora, estará subordinado a Rebelo. É quase certo que o recém-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação se prestará com gosto e convicção à tarefa de impedir que o instituto que ganhou fama internacional com o melhor sistema de monitoramento por satélite da destruição florestal prossiga no que o parlamentar deve considerar um trabalho de quinta coluna: fornecer aos brasileiros e ao mundo dados transparentes sobre o estado da maior floresta tropical do planeta.

Cada governo tem o ministro que merece. Lula teve Eduardo Campos e Sérgio Rezende no MCTI. Dilma foi de Aloizio Mercadante, Marco Antonio Raupp e Clelio Campolina Diniz. Agora, vai dançar em Paris ao som da dupla Aldo e Abreu.

---

### **PGPM-Bio beneficia mais de 7 mil famílias extrativistas em 2014 – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 12/01/2015**

Mais de 7 mil famílias extrativistas foram beneficiadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) em 2014. É o

que revela balanço da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Até dezembro, foram aplicados R\$ 2,9 milhões, totalizando 1,6 mil toneladas de produtos extrativos subvencionados.

A intervenção da Conab também auxilia na preservação do meio ambiente, uma vez que oferece garantia de renda à coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros (extrativistas). Em 2014, a maior parte dos recursos destinados à PGPM-Bio, cerca de 99%, foram aplicados em atividades extrativistas situadas no bioma Amazônico e no Maranhão.

No sentido de ampliar cada vez mais o acesso dos produtores extrativistas à Política, expandindo a operação para outros biomas, a Conab realizou uma série de ações ao longo do ano passado. Entre elas está o desenvolvimento de um novo sistema operacional. A partir do SISBIO, todos os procedimentos internos da PGPM-Bio estão sendo informatizados, gerando maior agilidade e segurança a todo o processo.

Outra iniciativa foi a realização de sete painéis de divulgação e capacitação da PGPM-Bio, com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As oficinas foram realizadas no Pará, Amazonas, Santa Catarina, Paraíba, Maranhão, Bahia e Ceará.

Novos Produtos - Dois novos produtos foram incluídos na PGPM-Bio em 2014. Agora, os extrativistas de macaúba e pinhão também podem se beneficiar com a subvenção. Além destes produtos, fazem parte da Política andiroba, babaçu, carnaúba (cera e pó), pequi, baru, açaí, juçara, castanha do Brasil, borracha, cacau, mangaba, umbu e piaçava. Dentre eles, a borracha apresenta o melhor desempenho desse subsídio, com apoio financeiro a 6,5% da produção extrativista localizada na região amazônica.

Executada desde 2009, a PGPM-Bio possibilita ao extrativista receber um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal. Atualmente, 98 municípios em 11 estados operam a Política.

---

### **Colheita e plantio de culturas anuais movimentam Sistemas Agroflorestais na Amazônia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 16/01/2015**

Acontece agora a segunda campanha de plantios do Bioma Amazônia. Os plantios iniciaram em dezembro de 2014, com o início das chuvas na região sudeste do Pará. Desde então, espécies florestais, frutíferas e culturas anuais são implantadas na área experimental do Projeto Biomas da Amazônia, localizada na Fazenda Cristalina, município de São Domingos do Araguaia, a 90 km de Marabá.

E ainda: as culturas anuais que foram plantadas na primeira campanha de plantios (2013/14) já começam a dar bons resultados. É o caso dos plantios de mandioca e de macaxeira do subprojeto AM13, liderado pelo Dr. Antônio Menezes, da Embrapa Amazônia Oriental, consorciadas com árvores de castanheira e mogno-africano. As duas variedades de cada espécie, totalizando quatro, foram cultivadas em 1,2 ha e acabam de ser colhidas integralmente para que em seu lugar, após o preparo da área, sejam

cultivados cerca de 40 mil abacaxizeiros, marcando o início da segunda cultura anual dos sistemas agroflorestais propostos neste subprojeto.

Paralelo a esse trabalho, o subprojeto AM02, liderado pela Dr<sup>a</sup>. Débora Aragão (foto), também da Embrapa Amazônia Oriental, igualmente passa por uma renovação em seu sistema agroflorestal proposto. No primeiro ano, foi cultivado o feijão-guandu para adubação verde em duas faixas entre três filas triplas de árvores (andiroba, castanheira e pau-preto). Após a incorporação do feijão ao solo, foram plantadas quase 8 mil manivas (pedaço da rama da mandioca) obtidas da colheita do subprojeto AM13. Além disso, ela fez coletas de solo e realizou a medição da altura das cerca de 300 árvores cultivadas em sua área e que agora completam seu primeiro ano de vida.

“A sincronia entre os subprojetos com culturas em comum em momentos como esse é fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pelos pesquisadores”, afirma Alexandre MehlLunz, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e coordenador regional do Bioma Amazônia. “É impossível conduzir todos os plantios de uma só vez. Assim, estabelecemos um rígido cronograma de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015 para viabilizar a presença de todos os pesquisadores quando dos seus respectivos plantios, medições, avaliações a campo, de acordo com nosso pessoal disponível. A presença do pesquisador proponente das ações propostas, num momento crucial como o plantio, é fundamental”, complementa.

---

#### **Semiárido: 600 bancos de sementes crioulas serão construídos até 2016 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/01/2015**

*Objetivo é promover inclusão produtiva de pelo menos 12 mil famílias de agricultores da região. O MDS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai investir R\$ 21 milhões*

Brasília, 21 – Até fevereiro de 2016, serão construídos 600 bancos comunitários de sementes crioulas no Semiárido com o objetivo de beneficiar pelo menos 12 mil famílias de agricultores que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Na ação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai investir quase R\$ 21 milhões.

Com os bancos comunitários, os agricultores familiares terão acesso a sementes de qualidade (crioulas, adaptadas e varietais). A expectativa é ampliar a produção de alimentos que garantam a segurança alimentar e nutricional das famílias que já têm acesso à água por meio do Programa Cisternas.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos, a medida faz parte de um conjunto de ações para incluir produtivamente as famílias pobres da área rural. “Este projeto vai ajudar a enfrentar um grande desafio no Semiárido que é a implantação de sistemas produtivos que convivam melhor com a realidade da região. A produção e a disponibilização de sementes e mudas adaptadas vão contribuir muito para isso”, disse.

Para a implantação dos bancos, o MDS firmou parceria com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC). O termo foi publicado nessa terça-feira (20), no Diário Oficial da União (DOU). O projeto também vai identificar os beneficiários e os locais para a implantação dos bancos, mobilizar os agricultores familiares e parceiros, além de garantir capacitação e assistência técnica às famílias.

---

### **Parâmetros de privacidade para dados do Cadastro Ambiental Rural – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/01/2015**

Está disponível no site [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br) a Instrução Normativa N° 03/2014 publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. A instrução cria a Política de Integração e Segurança da Informação (PISI) do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e tem por objetivo garantir o livre acesso aos dados públicos, sem que haja prejuízos ao sigilo fiscal e patrimonial dos cadastrados.

O CAR foi criado pelo Código Florestal, Lei 12.651/2012, e visa integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo uma base de dados única sobre a área rural do país. Pelo CAR, o proprietário ou posseiro declara informações sobre a área total de sua propriedade, área reservada para produção e áreas de preservação permanentes e de reserva legal. O sistema que armazena todos os cadastros, Sicar, é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Segundo o diretor de Fomento e Inclusão Florestal do SFB, Raimundo Deusdará, mais do que em ações de controle e fiscalização, as informações contidas no Sicar serão usadas para a formulação de políticas públicas. “Com as informações do Sicar é possível, por exemplo, calcular o passivo florestal de uma área com déficit hídrico e assim formular um projeto de reflorestamento para aquela bacia hidrográfica. Outra possibilidade é o planejamento da paisagem. Pelo Sicar podemos estimular a conectividade entre áreas de reservas legais para a formação de corredores ecológicos”, explicou.

O diretor enfatizou, contudo, que informações pessoais e sobre situação patrimonial dos cadastrados, são sigilosas e estarão preservadas de acordo com a legislação pertinente. “Quanto à divulgação das informações públicas, esta será feita de forma progressiva, evoluindo conforme os recursos disponíveis”, completou.

A inscrição é gratuita e deverá ser feita por todos os proprietários e posseiros de imóveis rurais até o dia 5 de maio, por meio do sítio eletrônico do CAR.

---

### **Projeto Biomas avança com plantios na Amazônia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/01/2015**

Os plantios do Bioma Amazônia no período 2014/15 prosseguiram na terceira semana de janeiro com a implantação parcial do subprojeto de pesquisa intitulado “Implantação de sistemas silviculturais destinados a múltiplos usos e à recuperação de Reserva Legal”. Em meio às chuvas que caem neste período na região de São Domingos do Araguaia, sede da área experimental do Projeto Biomas na Amazônia, pesquisadores e colaboradores de campo trabalharam ativamente no plantio de mais este subprojeto (AM21), coordenado pelo Dr. Alexandre Uhlmann, pesquisador da Embrapa Florestas

(CNPQ) em Curitiba, PR. A iniciativa já ocupa uma área de 1,28 ha e almeja o uso de área de reserva legal.

Após a demarcação e piqueteamento das parcelas, foram plantadas quase 400 mudas de duas espécies: *Schizolobium parahyba* var. *amazonicum* (Huber ex Ducke) Barneby, o 'paricá' e *Jacarandacopaia* (Aubl.) D. Don, o 'parapará'. Ainda nessa campanha de plantios, serão implantadas nas próximas semanas cerca de mil mudas de *Tachigali vulgaris* L. G. Silva & H. C. Lima, o 'carvoeiro' ou 'taxi-branco', complementando a previsão de plantios para essa pesquisa.

Além das quase duas mil mudas plantadas neste primeiro momento, há previsão de mais plantios futuramente. "Com diferentes arranjos espaciais que envolvem, ainda, o plantio de mais 900 mudas de outras três espécies florestais nos anos seguintes, essa pesquisa visa determinar os espaçamentos e arranjos que promovem o melhor desenvolvimento inicial das espécies de rápido crescimento, bem como o modelo de plantio que atinja o melhor rendimento econômico projetado", afirma a Dra. Michele Ramos, colaboradora do projeto e que também esteve presente na sua implantação.

---

### **Experiência brasileira de combate ao desmatamento chega a Londres. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 26/01/2015**

*Diretor do Ministério do Meio Ambiente relata os avanços do Brasil no Encontro sobre Florestas, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresenta, nesta segunda-feira (26/01), em Londres, a experiência brasileira de combate ao desmatamento. O Encontro sobre Florestas, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento acontece na Academia Britânica e reúne governos, setor privado e organizações não governamentais de vários países.

Promovido pela Unidade Internacional de Sustentabilidade do Príncipe de Gales, o evento conta com a participação do próprio príncipe Charles. O encontro representa uma oportunidade de fazer um balanço dos progressos realizados para proteção e restauração das florestas no mundo, além de avançar nas parcerias entre todos os setores.

O diretor do departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do MMA, Francisco Oliveira, apresentará as políticas públicas de combate ao desmatamento no Brasil durante o evento.

O diretor também ministrará uma palestra na Universidade de Cambridge, na terça-feira (27/01), sobre o mesmo tema.

#### **CENÁRIO BRASILEIRO**

O Brasil destaca-se pela liderança no tema, assim como outras nações que possuem diversidade em florestas. O país registrou a segunda menor taxa de desmatamento na Amazônia Legal desde o início do monitoramento, em 1988.

Entre agosto de 2013 e julho de 2014, foram desmatados 4.848 km<sup>2</sup> do bioma, o que representa uma queda de 18% em comparação aos 5.891 km<sup>2</sup> registrados no período anterior.

Os números se referem ao Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As taxas divulgadas são estimadas com base na análise das fotos dos satélites Landsat e CBRS e cobrem áreas de até 6,25 hectares. Os números serão consolidados até o primeiro semestre de 2015 e submetidos a auditoria externa pelo governo brasileiro.

Comparada à série histórica, que vem desde 1988, os números representam uma queda de 83% no desmatamento e a retomada de uma tendência de redução.

---

### **RS: Incra investe R\$ 4,5 milhões na produção de arroz agroecológico – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/01/2015**

A produção de arroz agroecológico em assentamentos da reforma agrária vai receber recursos da ação Terra Sol, o programa de agroindustrialização do Incra. Dois convênios publicados neste mês asseguram o repasse de um total de R\$ 4,5 milhões para incrementar o beneficiamento e a cadeia produtiva desse importante cereal.

O maior repasse - R\$ 3,9 milhões – é destinado à construção de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) no assentamento Lanceiros Negros, em Eldorado do Sul. O convênio, firmado com a prefeitura, beneficia a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados de Porto Alegre (Cootap), que propôs o empreendimento.

Outros R\$ 653 mil serão investidos na aquisição de novos aparelhos para a Unidade de Beneficiamento de Arroz da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda (Coopan), com sede no assentamento Capela, em Nova Santa Rita. A parceria também foi viabilizada com contrapartida deste município.

Evento – Para celebrar a conquista dos investimentos, a Cootap apresentou na manhã desta quarta-feira (28), o conteúdo e as responsabilidades das partes no convênio, reunindo famílias cooperadas e representantes de diversas entidades em sua sede, no assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul. Além da beneficiadora de sementes, financiadas com recursos exclusivos do Incra, a cooperativa apresentou a planta de um Complexo Industrial do Arroz Agroecológico, que inclui uma indústria de beneficiamento de arroz parbolizado e integral, cujo projeto está na etapa de qualificação pelo programa Terra Forte, e uma unidade de secagem e armazenamento, já em obras, com recursos do Funterra (programa do governo Estadual e BNDES).

“Este complexo será muito bem localizado, às margens da BR 290, com fácil acesso a Porto Alegre, importante centro consumidor”, ressaltou o superintendente do Incra/RS, Roberto Ramos. Ele comemorou a conquista dos recursos e a parceria com a prefeitura de Eldorado do Sul, que vai licitar a obra. Para Ramos, o investimento na cadeia do arroz é importante para a reforma agrária no RS. “O arroz orgânico deu uma nova cara às áreas de várzea dos assentamentos. É uma iniciativa que mostra o valor positivo da reforma agrária”, afirmou. Na última safra, este cultivo envolveu o trabalho de 500 famílias assentadas em 4,4 mil hectares de lavoura, resultando em uma produção de 20 mil toneladas.

O prefeito de Eldorado do Sul, Sérgio Munhoz, disse que a iniciativa é motivo de orgulho. “Vamos viabilizar a produção local, agregar valor e disputar mercado”,

afirmou. Em Eldorado do Sul há 7 assentamentos com 327 famílias. Para Munhoz, a presença destas áreas favorece o município com o fornecimento de alimentos, inclusive para a merenda escolar.

A Unidade de Beneficiamento de Sementes terá capacidade para processar 2,5 mil toneladas por safra. Na safra 2013/14, as famílias beneficiaram 500 toneladas. As sementes serão beneficiadas em um local apropriado para este tipo de manuseio, com custos mais reduzidos do que os atuais e maior qualidade.

PAA – Durante o evento, a Cootap também comemorou mais um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) via Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Doação Simultânea, pela qual os produtos dos assentados chegam a diversas entidades organizadas. Ao todo, a cooperativa mantém seis operações do PAA nos municípios de Nova Santa Rita, Capela de Santana, Guaíba, Porto Alegre, Viamão e Eldorado do Sul, com um valor total de R\$ 2,9 milhões. São quase 2 mil toneladas de alimentos produzidos por 439 agricultores que serão entregues a 20 entidades, beneficiando mais de 27 mil pessoas.

Para o presidente da Cootap, Altacir Komosinski, o PAA “é a forma de fazer chegar produtos de qualidade a quem mais precisa”. Qualidade que as sementes de arroz vão ganhar com a nova Unidade de Beneficiamento. “Este é um ano que promete muito trabalho. Nos encontraremos novamente na abertura da colheita”, convidou Komosinski. A 12ª Abertura da Colheita do Arroz Agroecológico será realizada no dia 20 de março, em Eldorado do Sul.

---

### **Conferência debaterá paisagens e biodiversidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/01/2015**

*Plano de recuperação de vegetação nativa implementado pelo MMA será apresentado na Conferência Anual sobre Florestas Tropicais, nos Estados Unidos*

O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil, será apresentado na abertura 21ª Conferência Anual sobre Florestas Tropicais, promovida pela Universidade de Yale, em New Haven, Estados Unidos.

O evento ocorrerá de 29 a 31 de janeiro e debaterá a conservação da biodiversidade e das paisagens por meio da governança do uso da terra no planejamento estratégico.

A abertura do evento será feita pelo secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Bráulio Dias, na presença de representantes do setor privado, organizações não governamentais, órgãos de governo, fundações e universidades.

Considerando o tema paisagens e biodiversidade, o Planaveg do MMA será apresentado pelo diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade do Ministério, Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza.



O Capítulo da Sociedade Internacional de Florestas Tropicais de Yale (ISTF, na sigla em inglês) dedica-se ao avanço dos estudos sobre conservação das florestas tropicais na Escola de Estudos Florestais e do Meio Ambiente da universidade.

A Conferência Anual sobre Florestas Tropicais é promovida pela Universidade de Yale desde 1989 e integra uma rede de profissionais de recursos naturais relacionados com a gestão dos recursos tropicais.

### *CONSERVAÇÃO*

O ISTF é considerado um fórum para estudantes com interesses e experiências ligadas à conservação dos recursos naturais e à gestão do desenvolvimento econômico. O tema escolhido para a conferência deste ano, paisagens e biodiversidade, decorreu do aumento da taxa de perda da biodiversidade, a partir de rápida conversão do uso da terra nos trópicos, e da necessidade urgente de se adotar uma nova abordagem sobre conservação da paisagem.

A estratégia consiste em reunir múltiplos esforços para adoção de mecanismos de governança e planejamento do uso do solo. O objetivo é facilitar a conservação da biodiversidade em todas as paisagens de uso múltiplo dominadas pelo homem.

Especialistas convidados apresentarão painéis sobre como conciliar a conservação com diferentes usos da terra; as formas de se desenvolver mecanismos de governança eficazes; como melhorar a sustentabilidade financeira na conservação da paisagem; e as possibilidades de se aproveitar dados, tecnologias e ferramentas de planejamento da paisagem.

---

### **Revista mostra experiências agroecológicas em assentamentos brasileiros. Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/01/2015**

O Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incrá) lança neste mês de janeiro a revista Terra da Gente. A publicação institucional da autarquia responsável pela Reforma Agrária no país abordou como tema a produção agroecológica em assentamentos de todo o Brasil.

A revista aborda experiências em assentamentos de 14 estados de todas as regiões brasileiras. Levantamento recente do Incra aponta que cerca de 20 mil famílias assentadas da reforma agrária, ocupantes de aproximadamente 700 mil hectares, promovem algum modelo de atividade agroecológica. Mais do que números, a pesquisa mostra a gradual transição de um modelo de produção tradicional, baseado na utilização de agrotóxico, para um modelo sustentável, ambientalmente responsável e gerador de renda para essas famílias.

São histórias como a do assentado paulista Jessé Jacob Gonçalves, do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Professor LuisAntonio David de Macedo. Desde novo habitado com a lavoura de tomate e o uso abusivo de agrotóxicos, o assentado desde 2006 na região do Vale do Ribeira, entre Apiaí e Capão Bonito, no Vale do Ribeira, adotou a produção agroecológica e a proposta do assentamento em conciliar produção alimentar e área de preservação. No assentamento 87% dos 7.626 hectares são áreas de preservação permanente.

"Plantei tomate convencional a minha vida toda. Resolvi mudar porque estava estragando minha saúde. Aqui no assentamento aposto na diversidade de cultivos, inclusive de tomates orgânicos durante o verão", explicou Jessé que reitera que as 80 famílias que lá vivem estão solicitando a certificação orgânica.

### *Residência Agrária*

A publicação apresenta também o programa Residência Agrária, realizado pelo Inca por meio de seu Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O Residência Agrária realiza 35 cursos em 30 instituições federais de ensino superior, nas quais 1852 assentados estudam com foco na agroecologia e na educação do campo, atingindo a 358 assentamentos em 334 municípios.

O protagonismo dos assentamentos na consolidação da agricultura ecológica está sintonizado com o Plano Brasil Agroecológico, lançado pelo Governo Federal em outubro de 2013. O objetivo é articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e de base agroecológica no País aliadas à conservação dos recursos naturais.

Nos assentamentos, a produção de alimentos agroecológicos tem por base a articulação entre famílias assentadas e o Inca. Por meio de assistência técnica de qualidade, implantação de cursos voltados às práticas agroecológicas e incentivo aos processos simplificados de comercialização, os agricultores da reforma agrária contribuem para o aumento da produção de alimentos livres de agrotóxicos.

### *Terra Sol*

Um dos programas do Inca que incentivam a promoção da transição dos sistemas convencionais para os agroecológicos é o Terra Sol. Desde sua criação, o programa beneficiou mais de 180 mil famílias assentadas em todas as regiões do País. Nos últimos cinco anos, foram aplicados mais de R\$ 15 milhões em projetos nos assentamentos, a maior parte de beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Outra iniciativa acontece na região Nordeste, onde uma parceria entre Inca, Fundação Banco do Brasil e Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste implantou 200 unidades de produção agroecológica em assentamentos nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Pernambuco.

O Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais) é uma tecnologia social que possibilitou a produção de alimentos saudáveis tanto para consumo das famílias quanto para comercialização nas comunidades onde os assentamentos estão localizados.

O resultado deste esforço conjunto entre Inca, organizações governamentais e não governamentais e trabalhadores assentados pode ser visto nesta publicação. Iniciativas em assentamentos de Norte a Sul mostram, na prática, uma nova forma de produzir alimentos, com respeito à natureza e ampliação do nível de renda das famílias.

---